

RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E SURDEZ: PROCESSOS FORMATIVOS E EDUCATIVOS DE JOVENS SURDAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

Ivanete de Jesus Rocha

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Silvia Regina Marques Jardim

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente estudo, desenvolvido no âmbito do mestrado em ensino, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, tem como proposta investigar os processos formativos e educativos de jovens surdas no município de Vitória da Conquista – BA, a partir, principalmente, dos estudos surdos e das considerações sobre as relações sociais de gênero. Assim, partindo da categoria gênero, buscamos identificar características dos processos formativos e educativos de jovens surdas, com idade entre 17 e 25 anos, que estudaram ou estudam em escolas públicas do Município de Vitória da Conquista – BA. Desse modo, pretendemos abordar duas diferenças que constituem o processo de identidade desses sujeitos, a saber: o gênero e a surdez. E, nesse processo investigativo, algumas questões orientam o estudo dessa temática: como jovens surdas compreendem seus próprios processos formativos e educativos em instituições como a escola, a família e a sociedade? De que modo as trajetórias de jovens surdas são construídas? Como elas vivenciam a escola? Como se dão os processos de amizade? Quais os anseios pessoais, educacionais e profissionais?

Palavras chave: Estudos surdos. Estudos de gênero. Jovens surdas.

Introdução

O presente estudo visa a desenvolver considerações sobre relações sociais de gênero, de surdez e de juventude estendidos à educação, a partir da perspectiva dos estudos surdos e dos estudos feministas, tendo como fonte empírica de dados jovens surdas do Município de Vitória da Conquista – BA.

O ensaio foi pensado com base nas características da cultura surda (KRAEMER, 2012), das reflexões sobre a história dos/as surdos/as no Brasil, bem como, do conhecimento de algumas lutas enfrentadas pela comunidade em questão e, dos preconceitos que caracterizam o percurso histórico, sobretudo, no que se refere às concepções socialmente construídas do papel da mulher surda (GUEDES, 2012; KRAEMER, 2012; CHIELA, 2012).

Dessa maneira, pretendemos unir à história da educação das pessoas surdas e suas singularidades, a perspectiva social de gênero, buscando investigar o modo como essa categoria ajuda a compreender o percurso formativo de jovens surdas, para obtenção de uma

formação social efetiva e de qualidade do Brasil. A escolha por jovens do sexo feminino se dá pela necessidade de compreender a maneira como as meninas constroem suas identidades, já que fazem parte de um grupo que “carrega” duas diferenças: ser mulher e surda.

O estudo tem como questão principal: como se dá o processo formativo e educativo de jovens surdas, na educação básica do Município de Vitória da Conquista – BA? Essa questão se desdobra em outras indagações fundamentais para o entendimento desse contexto formativo e educativo: de que maneira as jovens vivenciam questões de gênero em seus cotidianos? Como avaliam as instâncias de educação escolar no que diz respeito às diferenças de ser mulher e surda? Quais os anseios dessas jovens em relação à escola e às aspirações futuras? Essas questões estão atreladas à hipótese de que os processos de inclusão não são completos e possuem falhas na sua operacionalização que se efetivam nas trajetórias escolares e formativas de jovens surdas e há riscos de abandono escolar.

O objetivo geral deste estudo é buscar a interface entre os estudos de gênero e os estudos sobre surdez, para identificar características dos percursos e trajetórias educacionais de jovens surdas na educação básica do Município de Vitória da Conquista – BA. Os objetivos específicos estão voltados para a discussão do modo como as jovens surdas, em suas trajetórias, compreendem os processos formativos e educativos, a partir da categoria de análise gênero; para o estudo das práticas de sociabilidade de jovens surdas com idade compreendida entre 17 a 25 anos, que estudam ou estudaram no Município de Vitória da Conquista – BA, bem como, para compreensão da maneira como as jovens se posicionam em relação à instituição escolar enquanto mulheres surdas.

Contextualizando a história educacional das pessoas surdas

A história da educação dos/as surdos/as é marcada por muitas lutas e discriminações, com características que os/as impediam de ter seus direitos e deveres estabelecidos na sociedade (GUEDES, 2012). Segundo Lima (2011), os/as surdos/as foram considerados (as), no decorrer da história, como incapazes de passar pelo processo educativo e, nesse sentido, foi lhes negado o direito de saberem características fundamentais para a vida social, como, por exemplo, os elementos básicos de saúde.

O percurso histórico da educação de mulheres surdas traz relatos de que, inicialmente, as instituições escolares recebiam os sujeitos com surdez, tanto pertencentes ao sexo masculino quanto ao feminino. Entretanto, em 1968, as surdas não foram mais aceitas nessas instituições, como afirma Klein (2005):

Porém, em 1968 as surdas não foram mais aceitas, sob o argumento de que haveria promiscuidade se a instituição trabalhasse com ambos os sexos. Esse discurso seguia uma lógica na qual “as meninas surdas não educadas não se constituíam em problema para sua família e sociedade, diferentemente dos meninos surdos” (KLEIN, 2005, p. 18).

Segundo o mesmo autor, as mulheres surdas só voltaram a frequentar as instituições, que ofereciam ensino a esse grupo, a partir do ano de 1932. Corroborando as reflexões acima, Skliar (1997) afirma que, ao analisar a educação dos/as surdos/as, notou a existência de um “currículo angustiante”, em “que quem está presente é um homem ouvinte e branco”. Partindo dessas reflexões, podemos dizer que, além do marcador da surdez, as mulheres surdas carregam diferença de sexo, raça e classe social.

Nesse sentido, compreendemos que os/as surdos/as são sujeitos que compartilham de uma cultura surda, marcada por meio da língua de sinais e suas identidades são constituídas a partir de experiências visuais. A surdez é entendida como uma diferença cultural e linguística, que precisa ser considerada e respeitada e não vista como uma deficiência a ser corrigida, por isso, “não é uma imagem velada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é o seu revés. Não é uma cultura patológica” (SKLIAR, 1998, p. 28). Para o autor, a diferença entre surdos/as e ouvintes está relacionada às questões políticas, históricas e sociais:

A diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante (SKLIAR, 1998, p. 6)

Desse modo, corroborando as concepções de Skliar (1998), Silva (2000) afirma que a identidade e a diferença não são do mundo natural, mas do mundo social e cultural:

Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais (SILVA, 2000, p. 73).

As relações entre identidade e diferença são sempre resultado de produção simbólica e discursiva e, dessa forma, estão “sujeitas a vetores de força, a relação de poder” (SILVA, 2000, p. 73). Nessa perspectiva, a afirmação da identidade e a indicação da diferença falam a respeito da forma como os diversos grupos sociais buscam a garantia de privilégios dos bens sociais. E, nesse caso, “o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (SILVA, 2000, p. 74).

Dessa maneira, as questões que se relacionam à diferença não podem ser aval para as desigualdades, principalmente quando refletimos sobre as trajetórias educacionais de jovens surdas que, além do marcador surdez, possuem outros marcadores de diferença, como, por exemplo, o gênero, a raça e a classe social. Na próxima seção, apresentaremos considerações relacionadas às lutas dos movimentos feministas e ao conceito de gênero.

Da luta do feminismo ao conceito de gênero

Para aprofundarmos o entendimento do tema proposto, necessitamos conceituar cada uma das expressões inicialmente apresentadas como base da pesquisa. Segundo Louro (1997), as primeiras manifestações feministas deram origem às discussões sociais de gênero e permitiram iniciar o questionamento de papéis sociais que, historicamente, foram determinados para homens e mulheres. De acordo com Meyer (2007), o movimento feminista apresenta significativos momentos históricos, que buscaram desconstruir estereótipos que normalizavam as desigualdades de gênero.

O direito ao voto foi uma das conquistas durante as reivindicações feministas, porém, cabe ressaltar que, no Brasil, esse benefício só fora garantido com a Constituição de 1934, mais de quarenta anos após a Proclamação da República. Nesse sentido, a partir da conquista inicial de poder decidir sobre os seus representantes, as lutas pelos demais direitos continuaram e, foi possível reivindicar o exercício da docência, melhores condições de trabalho e o ingresso no ensino superior.

Desse modo, outros grupos, como negros, estudantes, intelectuais e jovens, buscavam expressar “inconformidades e desencantos em relação aos aspectos tradicionais, sociais e políticos”, o que culminou na “segunda onda do feminismo”, caracterizado pelo interesse em assuntos que tinham relação com “construções propriamente teóricas” (LOURO, 1997, p. 16). Segundo Meyer (2010), a “segunda onda” traz significativas discussões teóricas e científicas e permite demonstrar a subordinação da mulher em relação ao homem, assim como, visibiliza a necessidade de discutir o papel social que a mulher estava desempenhando naquele momento histórico (MEYER, 2010).

Após a segunda onda do feminismo, começam as discussões sobre quem seria essas mulheres que reivindicavam direitos sociais, políticos e econômicos, desse modo, de acordo com Jardim (2011), a “terceira onda” possibilita “o reconhecimento da complexidade de gênero” e se propõe compreender a diversidade das mulheres em suas múltiplas especificidades. Com isso, entendemos que “as questões sociais de gênero estão presentes

entre vários tipos de relações sociais” (JARDIM, 2011, p. 48), pois perpassam as culturas e posições sociais diferenciadas.

Essa luta feminista, ao longo da história, tem relação com o fato de que o papel histórico e socialmente construído para as mulheres foi resumido à constituição biológica de gestora, cuidadora, educadora dos filhos, dona de lar, ou mesmo, foram pensadas como “fêmeas da espécie”, atribuindo-se o significado de que a mulher nasceu para procriar (SANDERBERG; MACEDO, 2011, p. 33). De acordo com Ayales (1993), existe uma maternidade social, construída culturalmente, da qual provêm as regras e os lugares predeterminados que uma mulher deve ocupar:

[...] essa maternidade biológica foi acompanhada de uma maternidade social, que se estendeu a atividade de como lavar roupa, cozinhar, varrer, costurar e toda uma série de trabalhos inumeráveis, que comprometem grande parte do tempo de mulheres (AYALES, 1993, p. 13).

Desse modo, o determinismo biológico, em que se apoia a noção do senso comum sobre homens e mulheres, tem gerado diferença entre os sexos, bem como, serve de “pretexto para se edificar e legitimar as relações desiguais” (Sardenberg; Macedo, 2011). No entanto, sexo e gênero são conceitos distintos e separados, como afirmam Sardenberg e Macedo (2011):

De um lado, teríamos “sexo”, um fenômeno natural resultante de evolução da espécie, que se manifesta, de forma ou de outra, entre todos os organismos do planeta que se propagam através da reprodução sexuada e, de outro lado, o fenômeno cultural do gênero, manifestado nas diferentes maneiras que as sociedades humanas têm elaborado em torno dessas diferenças e delas têm se apropriado, historicamente, distinguindo, definindo e delimitando o masculino e o feminino (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p. 37).

Em conformidade com essa percepção, para Scott (2012), as discussões sobre as relações sociais de gênero rejeitaram “a ideia de que a anatomia da mulher era o seu destino” e permitiram demonstrar que “os papéis alocados para mulheres eram convenções sociais, não ditames biológicos” (SCOTT, 2012, p. 333). Desse modo, torna-se necessário reconhecermos que ser homem ou mulher não depende de aspectos biológicos e/ou naturais, isso ocorre porque as relações são construídas no meio social e, dessa maneira, diversos fatores contribuem para a construção de papéis que mulheres e homens devem seguir e reproduzir, como por exemplo, a ordem econômica, social, política, étnica e cultural (SANDERBERG; MACEDO, 2011, p. 33).

Acreditamos que estudar as trajetórias de jovens surdas, a partir da categoria de análise gênero, se justifica pelo fato de que essa categoria está atrelada às determinações do modo

como os sujeitos devem agir e, ao modo como a sociedade enquadra os indivíduos em pressupostos de normalização. Assim, gênero é uma categoria relacional que possibilita compreender as questões históricas/ sociais, assim como, as questões que envolvem a educação. Nessa perspectiva, essa categoria também se constitui como meio de análise que ultrapassa os limites da família e da reprodução humana (RIBEIRO, 2011, p. 50).

A sociologia da Juventude

Uma outra subárea norteadora dessa pesquisa é a sociologia da juventude (ABRANTES, 2012; MARTUCELLI, 2002; DAYREEL, 2012), a partir da qual objetivamos estudar o conceito de juventude, atrelado a outras noções, anteriormente mencionadas. Essa perspectiva de estudo traz questionamentos sobre a maneira como se formam os processos de identidade e discute o modo as instâncias sociais promovem e regulam a formação dessas identidades (ABRANTES, 2012).

Nesse sentido, os conceitos de socialização e sociabilidade são diferentes e também indispensáveis para responder questões que dizem respeito à formação da juventude. Para Abrantes (2012, p.5), os indivíduos reconhecem o mundo quando partem das questões sociais, pois, nesse processo, incorporam as linguagens, disposições e valores que favorecem o convívio em grupo. Desse modo, Dayrell afirma que (2005b), é por meio da socialização que o ser humano passa pelo processo de aprendizagem e adquire os significados sociais e se identifica com eles, transformando-os em seus próprios significados (DAYRELL, 2005b, p. 180). Assim, compreendemos que a família, a escola, a religião, por exemplo, constituem mediações nos processos de socialização juvenil.

Para Dayrell (2007), o processo de sociabilidade diz respeito ao modo como jovens constroem relações no cotidiano e nas várias instâncias sociais, como a escolar:

[...] A socialização tende a ocorrer em um fluxo cotidiano, seja no intervalo entre as 'obrigações'; o ir-e-vir da escola ou do trabalho seja nos tempos livres e de lazer; na deambulação pelo bairro ou pela cidade. Mas, também pode ocorrer no interior das instituições, seja no trabalho ou na escola, na invenção de espaços e tempos intersticiais, recriando um momento próprio de expressão da condição juvenil nos determinismos estruturais (DAYRELL, 2007, p.111).

De acordo com essa conceituação, a juventude se constrói em meios complexos, pois cada sujeito possui a sua subjetividade, por isso, esse período passa a comportar outras significações importantes que lhes são atribuídas, com o cumprimento de papéis, ideias e atitudes.

Entendemos, nesse estudo, que juventude é um período de redefinição de identidade, incluindo a dimensão de gênero, daí a importância dessa reflexão e do conhecimento do tipo de intervenção que predomina na formação social e, poderíamos dizer também, pessoal, dessas jovens (RIBEIRO, 2011). Essa fase da vida vem sendo representada como um momento em que os indivíduos têm a capacidade de expressar aspectos históricos e referentes aos contextos sociais contemporâneos (JUSTO, 2005, p. 25).

A identidade de gênero é um componente em formação, na fase de construção da juventude e, algumas instâncias influenciam nesse processo, na maioria das vezes, decisivamente, como a família, os pares e a mídia, entre outros (BORDINI e SPERB, 2012). Isso ocorre devido às funções tradicionalmente impostas, que os indivíduos devem desenvolver a partir de seu nascimento, limitando-os a partir de justificativas em torno das características biológicas. Louro (1997) discute o modo como a categoria de gênero pode explicar isso, ao afirmar que:

A característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis masculinos e femininos. Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade (LOURO, 1997, p. 23-24).

Dessa maneira, as questões que se referem às trajetórias de vida de jovens surdas, no que tange à identidade, aos sonhos, às aspirações escolares e aos desejos, constituem uma temática que necessita ser refletida nos estudos acadêmicos, principalmente quando se indaga sobre o papel da educação como uma das mais importantes instâncias formativas nesse processo. Assim, corroborando as afirmações de Louro (1997), o estudo de Muller *et al* (2017) expõe a forma como os educadores, geralmente, desconhecem tais conceitos e a sua influência na formação de estudantes:

Quase a totalidade de docentes afirma que não teve em sua formação informações sobre gênero e sexualidade ou sobre como trabalhar com tais assuntos, somente uma docente afirma ter recebido algumas informações no curso de magistério. Demais docentes alegam não ter informações ou tê-las de caráter biológico, visando cuidados com a saúde (MULLER *et al*, 2017, p. 7).

A partir das discussões citadas, notamos que, apesar de a educação escolar ser uma instância primordial no processo de formação dos sujeitos, sobretudo, no que se refere às noções basicamente humanas que permeiam toda a vida dos indivíduos, há pouca valorização

das questões sociais relacionadas ao gênero. Notamos também que, quando a noção de gênero é discutida, refere-se apenas às questões biológicas e isso demonstra uma padronização dos conhecimentos ensinados na escola, pois não se questiona a respeito de como foram construídos os papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Além disso, o estudo de Muller *et al* (2017) ainda demonstra que o desconhecimento sobre essa temática, durante o processo formativo, torna-se um gerador de inseguranças entre os efeitos na educação das pessoas surdas.

O período da juventude, para meninas surdas, é também de descobertas, de como lidar com os efeitos da surdez e, por isso, é repleto de inseguranças e desafios. Nesse sentido, a educação precisa repensar estratégias para que esse grupo se sinta inserido no processo de ensino – aprendizagem. Para Freire (1996), “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceber uns aos outros” (FREIRE, 1996, p.59). Dessa maneira, estudar as trajetórias de jovens surdas, nesta pesquisa, se justifica, por se tratar de duas diferenças, a de ser mulher e de ser surda, como afirma Ribeiro (2017):

A mulher surda, pertencente a dois grupos com minorias de direitos, é duplamente oprimida. Ela é vista pelo senso comum como: “coitadinha” ou indefesa, de modo que a misoginia perpetuada na sociedade é somada ao ouvintismo, opressão sofrida pelos surdos em uma sociedade majoritariamente ouvinte (RIBEIRO, 2017, p. 6).

Tendo em vista a relevância dessas discussões e seu enquadramento histórico, consideramos necessário afirmar que existem condições intelectuais a que tais grupos estão submetidos (RIBEIRO, 2017), o que quer dizer que, na maioria das vezes, os grupos que são caracterizados como minorias ficam alheios às experiências de seus antepassados, ou seja, reproduzem e reafirmam aquilo que é produzido por grupos dominantes. As mulheres surdas, nesse sentido, fazem parte de dois grupos socialmente discriminados e, por isso, muitas vezes, ficam à margem da sociedade, pois não são consideradas capazes de desenvolverem suas potencialidades (RIBEIRO, 2017, p. 7).

Nesse ponto de vista, a educação torna-se um meio para discussão de tais situações, pois as relações sociais são temas inerentes a todos os seres humanos. Diante disso, é possível que jovens surdas tenham as mesmas capacidades daquelas que são ouvintes, pois o que as diferencia é apenas a forma de comunicação e, a diferença não pode ser aval para desigualdades. Assim, a educação precisa pensar em promover políticas afirmativas, que possam capacitar jovens surdas a exercerem seu papel e sua efetiva inclusão na sociedade, pois como afirmam Sugizaki & Mendes (2015), os/as jovens não estão isolados em um

sistema, “estabelecem redes de relações diversas e, certamente, enfrentam dificuldades de comunicação”. E, esses jovens aprendem “crenças, valores, modos de agir e sentir imbricados nos espaços sociais e culturais de que fazem parte” (SUGIZAKI; MENDES, 2015, p. 3).

À vista disso, é a partir do espaço social que os sujeitos criam sua existência e, essa existência se transforma, de acordo com sua necessidade e as relações sociais estabelecidas. As diferenças e dicotomias se expressam nesses espaços, por isso, pensar sobre espaço, sobretudo, o espaço escolar, é refletir sobre as relações sociais resultantes de acontecimentos históricos advindos das sucessivas transformações nas formas de viver em coletividade. É preciso também lembrar que, o espaço não é apenas um mero lugar de ações e interações, pois abrange representações coletivas, valores, sociabilidades e memórias que se transformam com a atuação dos diversos agentes sociais envolvidos (WIRTH, 1987).

Brandão (1993) destaca o papel da educação na formação de seres humanos e demonstra como o processo educativo forma os indivíduos a partir de conhecimentos que constituem cada tipo de sujeito e de sociedade:

A educação ajuda a pensar tipos de homens, mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar uns para os outros o saber que o constitui e legitima. Produz o conjunto de crenças e ideais, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades (BRANDÃO, 1993, p. 11).

Nessa perspectiva, entendemos que existem diversas maneiras de aprender e ensinar, sendo a socialização um dos seus principais meios. No entendimento de Campos (2002), é a partir da socialização com seus grupos que os indivíduos constroem relações e interagem entre si diferentemente, a depender de suas realidades sociais e culturais:

[...] A socialização realiza e dissemina as necessidades e projetos da sociedade e realiza em cada um de seus membros, grande parte daquilo que precisam para serem reconhecidos como “seus” e para existirem dentro dela. Ela faz o contorno da identidade, da ideologia e do modo de vida de um grupo social (CAMPOS, 2002, p. 4).

Assim, entendemos que a educação é uma das instituições que forma os indivíduos e “ela aparece sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender” (CAMPOS, 2002). Nesse processo, a educação “modela” as crianças para reproduzirem formas de viver já predeterminadas de acordo com seu sexo, para serem adolescentes enquadrados em estereótipos, para torná-las jovens e depois adultos “aceitáveis” (CAMPOS, 2002, p. 4). Brandão (1993) compara a educação à imagem do oleiro que toma barro e faz o pote. A argila, em determinados momentos, resiste às mãos do oleiro, exigindo esforços de quem a modela, mas se deixa conduzir pelo oleiro que a transforma em uma obra. Na

compreensão de Brandão, quando o educador pensa a educação pressupõe que, entre os sujeitos que compõem uma determinada sociedade, a educação é que dá a forma e o polimento (BRANDÃO, 1993, p.25).

Dessa forma, acreditamos que a concepção de educação, proposta por Brandão, nos possibilitará compreender os processos formativos e educativos de jovens surdas, principalmente quando nos referimos aos marcadores sociais da diferença de gênero, para pensar os processos de ensino- aprendizagem.

Percurso metodológico da pesquisa

Apresentada a fundamentação teórica, cabe aqui mencionar os procedimentos que serão utilizados para a produção e análise dos dados. A pesquisa pretende seguir uma metodologia do tipo qualitativa e de natureza descritiva e exploratória. Segundo Cervo *et al* (2007), pesquisas desse cunho permitem “conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto individualmente como em grupo e/ou de comunidade mais complexas” (CERVO, 2007, p. 16).

Segundo Monteiro (1998), a pesquisa qualitativa envolve os fenômenos sociais de maneira contextualizada, pois, conforme essa perspectiva, cada sujeito, inserido nas práticas sociais, traz consigo discursos da sua própria realidade social, cultural e política. Assim, o roteiro da entrevista, com jovens surdas, terá como objetivo compreender as temáticas: relacionamento familiar, trajetória da vida escolar, aspectos sobre vida familiar, surdez, amizades, relacionamentos afetivos, projetos de vida, sonhos, aspirações escolares e profissionais e desejos. Acreditamos que essas temáticas e abordagens serão pertinentes para analisar e compreender como as jovens percebem essas relações e, como se estabelecem diante delas.

Corroborando a forma como Monteiro (1998) define o conceito de pesquisa qualitativa, Minayo (1993) afirma que, pesquisas nesse cunho colaboram para compreendermos as questões mais particulares da vida dos sujeitos a serem investigados ou pesquisados e se voltam para questões sociais:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantitativo, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais

profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1993, p. 21).

Essa metodologia foi escolhida com o intuito de produzir conhecimentos referentes às subjetividades construídas por jovens surdas, bem como, indagar a respeito da forma como elas lidam com as diferenças que constituem as noções de gênero e, sobre o papel da escola, como instituição socializadora e formativa, que pode servir de instrumento à emancipação humana.

Desse modo, o estudo será realizado com jovens entre 17 e 25 anos, que moram no Município de Vitória da Conquista e pertencem à comunidade surda. Essa faixa etária foi escolhida porque acreditamos que trarão conhecimentos sobre a juventude atrelada às perspectivas das relações sociais de gênero e da surdez. Teremos, como possibilidade, compreender o processo de educação de jovens que ainda estão em processo educativo e de outras que já passaram pelo processo e carregam as marcas positivas ou negativas dessa fase.

Para o desenvolvimento da pesquisa, será realizado um levantamento bibliográfico acerca da escolarização de jovens surdas, objetivando, por meio de uma revisão de literatura, compreender a relação que se tem entre os campos juventude, gênero, surdez, com o intuito de nos aprofundarmos teoricamente na proposta do estudo e procurarmos fazer uma interface com a relação escolar.

Na pesquisa qualitativa, uma das formas de produzir dados é o contato direto com os sujeitos pertencentes ao grupo que está sendo pesquisado e, como muitos fatores intervêm nesse processo, o olhar do pesquisador deve estar voltado para a compreensão de comportamentos expressivos e o modo como os indivíduos se comportam com as investigações ou como se sentem inseridos no contexto social (BOGDAN, BIKLEN, 1994; MINAYO, 1996).

Em vista disso, acreditamos que as entrevistas permitem, por meio das falas de jovens surdas, adquirir conhecimentos acerca de experiências educacionais, familiares, afetivas, culturais, anseios e planos futuros. Nas entrevistas, trataremos, com o atravessamento dessas temáticas, as questões que envolvem as diferenças de gênero e a vivência da surdez.

No momento da realização das entrevistas, intérpretes de LIBRAS, que aceitarem fazer parte do estudo e colaborarem com esse momento de produção de dados, estarão juntos com a pesquisadora. Aqui, abrimos um parêntese para explicar quem são os intérpretes: Durante a realização dos cursos em LIBRAS, conheci muitos profissionais que estudam o tema surdez, nas várias dimensões de conhecimento, escrevi alguns artigos para publicação,

juntamente com algumas dessas profissionais e, participei de organizações de eventos e projetos. Desse modo, alguns desses profissionais, ao saberem de minhas inquietações, bem como, da minha vontade de cursar o Mestrado em Ensino, se dispuseram contribuir com as produções de dados.

Com o intuito de evitar a exposição e constrangimento em relação às participantes da pesquisa, o projeto seguirá as recomendações de BOGDAN e BIKLEN (1994), o anonimato, embora tenha o uso da imagem, nas discussões realizadas, uma das estratégias será o uso dos nomes fictícios. Sendo assim, por se tratar de participantes surdas, entendemos que seja necessário registrar as falas em vídeos, devido ao fato de a LIBRAS ser uma língua visual e espacial e a forma de comunicação realizada por sinais rápidos. À vista disso, entendemos que os registros em vídeos são importantes, pois possibilitarão uma análise mais detida dos dados, à luz do referencial teórico adotado. No entanto, os vídeos só serão gravados mediante a aprovação das participantes e, havendo uma resposta negativa ao uso desse equipamento de filmagem, os relatos serão feitos por escrito e o conteúdo das conversas será transcrito pela pesquisadora, para a realização das posteriores análises. No entanto, havendo uma resposta positiva, o material filmado estará sobre poder da pesquisadora, a qual não divulgará, em nenhuma base de dados, sem que haja o consentimento das participantes da pesquisa.

Sendo assim, compreendemos que é no campo que se faz o caminho da pesquisa, é no contato com sujeitos “investigados” que se abre um leque de descobertas, a partir das quais se produz os dados das pesquisas científicas. Dito isso, seguindo as orientações de Bernadete Gatti (2002), registramos as regularidades, os imprevistos, os encaminhamentos, as impressões sobre as observações dos comportamentos que as jovens tiverem diante do contato com outros sujeitos. Acreditamos que essas anotações irão embasar o ato da escrita deste estudo, principalmente porque a intenção é investigar e compreender trajetórias de jovens surdas e seus sinais realizados em LIBRAS, feições e suas expressões, que são realizados de maneira mais visível do que aqueles de pessoas ouvintes.

Os dados serão organizados e analisados a partir da análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2011):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas a adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 2011, p. 31).

A análise de conteúdo, apresentada por Bardin (2011), possui três etapas para elaboração da análise da pesquisa: A primeira etapa é a pré - análise, que consiste a

sistematização e organização do material que será utilizado para a análise, a qual possibilitará a formulação de hipóteses e objetivos, tendo em vista a produção de indicadores “que darão sustentação à interpretação final” (BARDIN, 2011, p. 31).

Na segunda etapa, acontece a exploração do material coletado e deve-se prover categorias, a partir das codificações e enumerações dos dados. Na terceira e última fase, realiza-se o tratamento dos dados, de forma sistemática, para obtenção dos resultados fiéis e significativos. O pesquisador/a precisa, nesse momento, fazer interpretações que permitam apontar as inferências, de acordo com as categorias formuladas na segunda etapa.

Desse modo, tendo em vista que o objetivo da pesquisa é compreender, a partir da interface entre os estudos de gênero e da surdez, os percursos e as trajetórias educacionais de jovens surdas na educação básica, acreditamos que as entrevistas, realizadas com as protagonistas da pesquisa, darão suporte para a produção de inferências, as quais serão condição fundamental da análise dos dados.

Considerações Finais

A realização dessa pesquisa tem demonstrado a insuficiência das produções e considerações já publicados sobre a relação entre os estudos surdos e as questões sociais de gênero, que foi constatada a partir da busca por referenciais teóricos que pudessem fortalecer as discussões aqui propostas. Acreditamos que os dados produzidos e coletados, por meio das narrativas advindas das entrevistas que serão realizadas, poderão subsidiar caminhos significativos para compreendermos qual tem sido o papel da educação básica nos processos formativos e educativos de jovens surdas e também contribuirão na produção de conhecimento sobre essa vinculação ainda pouco explorada.

Referências

ABRANTES, Pedro. **Os sentidos da escola**: identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. Oeiras: Celta, 2003. 145p.

ABRANTES, Pedro. **A escola da vida**. Tempo social/ Revista de Sociologia da USP, 2012.

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BREMM, Eduardo Scarantti; BOSIL, Cláudia Alquati. **Sinalizando a Adolescência: Narrativas de adolescentes surdos**. Psicologia, Ciência e Profissão. Universidade de Caxias do Sul, 2008.

BORDINI, Gabriela Sagebin; SPERB, Tânia Mara. Gênero e sexualidade em uma discussão virtual sobre a marcha das vadias. *Trens in Psycholog*, 2015.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. 336 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28o ed., 1993.

BORDINI, Gabriela Sagebin; SPERB, Tania Mara. **Concepções de Gênero nas Narrativas de Adolescentes**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(4), 738-746. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

CAMPOS, Daniela Gonçalves dos Santos. **Síntese das Principais Ideias: Contidas no Livro**, 2002.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e escola: quem é este jovem aluno que chega ao ensino médio?. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla (Org.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014. v. 1. p. 101-133.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIELLA, Vânia Elisabeth. LIBRAS e cultura surda em foco: Reflexões sobre identidade culturais. In: **Cultura surda e LIBRAS**. São Leopoldo, RS. ED. UNINOS, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GATI, Bernadete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Plano, 2002.

GUEDES, Betina S. **Educação de Surdos: Percursos Históricos**. In: Cultura Surda e LIBRAS / Adriana da Silva Thoma... [et al.]; Maura Corcíní Lopes (org) – São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012.

JUSTO, J. S. (2005). **O “ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade**. Revista do Departamento de Psicologia (UFF), 17(1), 61-77.

KRAEMER, Graciele Marjana. Identidade e Cultura Surda. In: **Cultura surda e LIBRAS**. São Leopoldo, RS. ED. UNINOS, 2012.

LIMA, Edson de Souza. **Reflexões Sobre a História do Ensino da Sexualidade Para Surdos No Brasil**. V Colóquio de História: Perspectivas Histórias, monografias, pesquisa e matrimônio. Universidade católica de Pernambuco, novembro 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação: Uma perspectiva Pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80p.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. A socialização e a formação escolar. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 40-41, p. 241-266, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. 4. ed. / elaboração prof^a Daisy Maria Collet de Araujo Lima –Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

MÜLLER, Márcia Beatriz Cerutti; YUNES, Maria Angela; SILVA, Denise Regina Quaresma da. **Gênero e Sexualidade: Temas Silenciados na Escola Para Alunos Surdos? 13º Mundo das Mulheres e Fazendo Gênero 11: Transformações, Conexões e Deslocamentos**. Florianópolis, 2017.

MONTEIRO, Roberto Alves. Pesquisa em Educação: Alguns Desafios da Abordagem Qualitativa. In ____ (org). **Fazendo e aprendendo pesquisa qualitativa em educação**. Juiz de Fora: FEME: UFJF, 1998. P. 7-22.

RIBEIRO, Karen. **Sexualidade e Gênero estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Jéssica Akemi Kawano. **A Identidade e a Autonomia da Mulher Surda**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Márcia S. **Relações de gênero: uma breve introdução ao tema**. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. Ensino e gênero perspectivas transversais organização. Salvador: UFBA – NEIM, 2011. Disponível em: . Acesso em: mai. 2016.

SCOTT, Joan W. **Os usos e abusos do gênero**. Projeto História, n. 45, p. 327-351, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais/** Tomaz Tadeu da Silva (Org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SUGIZAKI, Eduardo; MENDES, waléria Batista Silva. **Jovens surdos em processo de formação educacional: atores de uma cultura própria**. Polyphonia, v. 26/2, jul./dez. 2015.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153. (Cadernos de autoria, 2).

THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. **A invenção da Surdez, Cultura, Alteridade, Identidades e diferença no Campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.Pp.73 82.

WESTPHAL, Márcia Faria; BÓGUS, Claudia Maria, FARIA, Mara de Mello. **Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil**. Bol. Oficina Sanit. Panam., v.120, n.6, p.472-481, 1996.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. In: VELHO, Otávio G. (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Guanabara, 4.ed., 1987.

Woodward, Kathryn. **Identidade e diferença: Uma introdução Teórica e Conceitual**. In: SILVA Tomas Tadeu (org). *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis. Vozes, 2007.

SOBRE O (A/S) AUTOR(A/S)

Ivanete de Jesus Rocha

Mestranda pelo programa de Pós-graduação em ensino - PPGEN e graduada em pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; participa do Grupo de Pesquisa GEPAD (Gênero, Política, Álcool e Drogas) e Bolsista FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia). E-mail: ivanete.jrvc@gmail.com

Silvia Regina Marques Jardim

Doutora em educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, docente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, atua no Programa de Pós-Graduação em ensino - PPGEN; faz parte do Grupo de pesquisa GEPAD (Gênero, Política Álcool e Drogas). E-mail: silvia.jardim@hotmail.com